

Governo apresenta a estados alternativa para a previdência

Para Rio, SP e Goiás, adesão a fundo de servidores federais não seria vantajosa

BÁRBARA NASCIMENTO

barbara.nascimento@bsb.oglobo.com.br

-BRASÍLIA- O governo apresentou ontem aos estados uma alternativa para os desequilíbrios nas previdências regionais por meio da adesão à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp). A ideia é que os estados que não tenham condições de ter um fundo próprio possam aderir ao programa por meio de um aporte inicial e, depois, com repasses mensais. A possibilidade valeria para novos servidores e exigiria o envio de um projeto de lei ao Congresso Nacional. O governo já sabe que essa opção não é atrativa para estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás. Apesar de terem fundos próprios deficitários, o custo de gestão da previdência complementar para esses estados não compensaria. Para esses casos, ainda estudam-se outras opções.

REVISÃO DE REGIMES ESPECIAIS

A opção deve atender, sobretudo, a estados do Nordeste e alguns do Norte.

— O que define é o número de servidores, o tamanho do estado. Na hora em que você cria uma nova entidade de previdência, tem que criar um conselho, uma estrutura. Se o número de contribuintes é muito pequeno, tem poucos concursos que vão acontecer, poucos funcionários que vão aportar, não vale a pena. Fica mais caro gerir a entidade de previdência complementar do que pagar as previdências — explicou a secretária de Fazenda de Goiás, Ana Carla Abrão.

Para o Rio, que já tem o Rio-Previdência, o Funpresp não é uma opção interessante. Uma alternativa levantada pelos estados que estão em situação semelhante é revisar os regimes especiais de aposentadoria que permitem, por exemplo, que professores e policiais se aposentem mais cedo. Vários estados reclamam que o benefício pesa nas previdências regionais. Segundo os secretários, a União ouviu as reclamações e prometeu analisar o assunto dentro do âmbito da reforma da previdência, que deve ser encaminhada ao Congresso.

“

Isso tem que ser discutido de forma profunda e sem paixões, porque é um dos principais entraves na previdência”

Renato Villela

Secretário de Fazenda de São Paulo

— Isso tem que ser discutido de forma profunda e sem paixões, porque, na realidade, esse é um dos principais entraves do ponto de vista de previdência. Isso é algo que talvez leve algum tempo, mas, se não começarmos a discutir isso agora, não chegaremos a lugar nenhum. E isso tem que ser solucionado mesmo. O governo entendeu que é uma questão relevante — disse o secretário de Fazenda de São Paulo, Re-

nato Villela.

A reunião envolveu secretários de Fazenda e Previdência dos estados, o secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, e representantes da Casa Civil. A adesão à Funpresp deve trazer um alívio aos caixas dos governos regionais, que hoje concedem aposentadorias integrais aos seus servidores. Com a mudança, a aposentadoria fica limitada a um teto, e o complemento salarial viria do fundo, por meio de um sistema contributivo, como já acontece com os funcionários públicos federais.

SOLUÇÃO VIA CONGRESSO

A pedido dos governos regionais, os contratos de adesão à Funpresp devem ocorrer por poder — Executivo, Legislativo e Judiciário — para evitar que o Executivo tenha de arcar com qualquer atraso de repasse de um dos outros dois.

— Possivelmente será um contrato de convênio, portanto, cada chefe de Poder vai assinar esse convênio. Cada um seria responsável pela sua parte — explicou Ana Carla.

Os estados querem que a questão da Previdência seja resolvida no Congresso, para evitar as pressões que a aprovação de uma lei desse tipo poderia sofrer nas assembleias legislativas. Para tanto, o governo tem de enviar ao Legislativo um projeto de lei que permita a eles aderirem à Funpresp. De toda forma, alguns governos regionais terão de aprovar, no âmbito local, uma lei de previdência complementar para que os servidores possam ser incluídos. Muitos deles, no entanto, já o fizeram quando perceberam os desequilíbrios de caixa causados, entre outros fatores, pela situação da previdência. ●